

Rede urbana e produção de territórios: abordagens, agentes e inter-relações

The urban network and the territories production: approaches, agents and interrelationships

Red urbana y producción de territorios: enfoques, agentes e interrelaciones

Iann Dellano Santos
Instituto de Terras do Estado do Tocantins
iann.dellano@hotmail.com

Resumo

Na tentativa de vincular a rede urbana à produção de territórios, este artigo elucidada, em um primeiro momento, o significado de rede urbana, aproximando-a da etimologia do conceito rede. Em um segundo, procurou-se entender a rede urbana como uma organização espacial atrelada às relações de poder. Em terceiro, relacionou-se os tipos de abordagens em redes urbanas, com ênfase para a divisão territorial do trabalho. Em quarto, foram identificados os principais agentes produtores espaciais da rede urbana, detentores dos meios que viabilizam o processo de circulação da produção por meio de redes diversas, apontando práticas e estratégias que apresentam conflitos de interesses tanto nos centros urbanos, quanto entre os mesmos. Por ser materialmente espacializada, a rede urbana é resultado das relações socioespaciais em determinado território, portanto, resultante da produção de territórios.

Palavras-chave: Rede urbana. Produção de territórios. Relações de poder. Agentes produtores.

Abstract

Relating the urban network and territories production is the main goal of this four-topic structured article. On the first one, the aim is to clarify the meaning of urban network, putting it closer to the net's etymology concept. In the second topic, the search is the understanding of the urban network as a spacial organization attached to power relationships. Along the third topic, the relations between the kinds of urban networks' approaches, emphasising the territorial work division. At the last and forth topic, the main spacial producing agents were identified, the ones who detain the means which make the production circulation process feasible through different kinds of networks, pointing actions and strategies that can present interests' conflicts either in urban center or between them. Because its materially specialized characteristic, the urban network

is the result of social and spacial relations inside some territory, therefore, it results from the territories production.

Keywords: Urban network. Territories production. Power relationships. Producing agents.

Resumen

En el intento de vincular la red urbana a la producción de territorios, este artículo analiza en primer lugar el significado de la red urbana, acercándose a la etimología del concepto red. En segundo, se buscó comprender la red urbana como una organización espacial asociada a las relaciones de poder. Por tercero, se relacionó los tipos de enfoques en redes urbanas, haciendo hincapié en la repartición territorial del trabajo. Por cuarto, fueron identificados los principales agentes productores espaciales de la red urbana, poseedores de los medios que viabilizaron el proceso de circulación de la producción por medio de diversas redes, apuntando prácticas y estrategias que representan conflictos de intereses tanto en los centros urbanos, como entre los mismos. Por ser materialmente espacializadas, la red urbana es el resultado de las relaciones socioespaciales em determinado territorio, por lo tanto, resultante de la producción de territorios.

Palabras clave: Red urbana. Producción de territorios. Relaciones de poder. Agentes productores.

Introdução

A rede urbana se constitui como instrumento de compreensão das contradições socioespaciais dispostas nos espaços de economia fortemente globalizada, verificando-se uma gama de abordagens possíveis por meio de seu estudo. Para além das análises baseadas na visualização do inteligível das suas estruturas dimensionais, funcionais e espaciais¹, a rede urbana, por ser materialmente espacializada, é resultado das relações socioespaciais em determinado território, portanto, resultante da produção de territórios. Diante das possibilidades de abordagens, este artigo se desdobra em quatro tópicos na persistência de vincular a rede urbana, junto a suas singularidades, à produção de territórios.

Em primeiro, no tópico “Rede urbana: etimologia do conceito”, busca-se elucidar o significado da palavra rede urbana, aproximando-a da etimologia do conceito rede e fazendo uma analogia para as configurações socioespaciais atuais, destacando singularidades verificadas em uma dada rede urbana. Acrescentam-se as relações que as redes das mais diversas naturezas, aproximando-as ao caso específico das redes urbanas, estabelecem no espaço geográfico e a força que essas redes têm no sentido de desvendar a dinâmica complexa do próprio espaço geográfico.

Em segundo, no tópico “Uma projeção da organização espacial resultante das relações de poder”, procura-se entender a rede urbana não necessariamente como uma categoria de análise geográfica, mas como um conceito vinculado à organização espacial, sendo essa última considerada como a categoria pertinente a esse conceito. Ademais, atrela-se a organização espacial às relações de poder, pois além de ser uma representação

¹ A respeito das estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, ver Corrêa (2004).

da materialidade do espaço geográfico, a rede urbana é um meio de desvendar o processo de produção de territórios baseado nas relações de controle sobre uma porção do espaço geográfico.

A terceira parte, “Rede urbana e divisão territorial do trabalho”, está relacionada aos tipos de abordagens apontados por Corrêa (2006) e que devem ser considerados nos estudos sobre redes urbanas: divisão territorial do trabalho, ciclos de exploração, periodização e forma espacial. Nesse terceiro item, dá-se a ênfase para a divisão territorial do trabalho, não mais importante quanto às demais abordagens, no entanto alternativa escolhida para compreender a lógica e o funcionamento desse tipo particular de rede, com base nas relações de poder de cunhos econômico e político.

Finalmente, a quarta parte, “Agentes produtores da rede urbana e suas inter-relações”, busca identificar os principais agentes produtores espaciais da rede urbana, detentores dos meios que viabilizarão o processo de circulação da produção por meio de redes, especialmente industriais e de serviços. Nesse item são apontadas práticas e estratégias que, embora pareçam similares e complementares entre si, apresentam conflitos de interesses tanto nos centros urbanos, quanto entre os mesmos.

Rede urbana: etimologia do conceito

Aprofundando-se à etimologia conceitual de rede urbana, essa provém do conceito de rede tal qual pode ser abordado em diversas áreas científicas e com forte aparato empírico, ocasionando popularidade e incerta polissemia, pois, assim como salienta Santos (2014a, p. 261-262), “tudo invade, afrouxa o seu sentido e pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações”.

A rede possui história evolutiva marcada de “distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando novas significações na medida em que o mundo se tornou mais complexo”, resultado das revoluções da técnica e da ciência (COELHO NETO, 2013, p. 20). Esses contextos históricos podem ser, generalizadamente, caracterizados por três períodos, conforme analisa Santos (2014a).

Em um primeiro período, designado “pré-mecânico”, “o engenho humano” subordinava-se às condições impostas pela natureza e, devido a essas condições territorialmente limitadas, as redes, formadas por um “componente de espontaneidade”, servindo a uma pequena vida de relações, atendiam demandas locais satisfatoriamente, com circulações restritas, desvendando um baixo grau de competitividade entre grupos sociais (SANTOS, 2014a, p. 264).

Em um segundo período, coincido com o alvorecer da modernidade, igualmente assinalado como período “mecânico intermediário”, “as redes assumem o seu nome, mediante o caráter deliberado de sua criação”, com certo aumento das relações de consumo por meio da abertura de rotas marítimas, que formavam uma cadeia comercial controlada, majoritariamente, por Estados-nações, ressaltando-se, entretanto, suas limitações ao progresso técnico da época (SANTOS, 2014a, p. 264).

O terceiro e último período que se assinala é referente ao momento convencionalmente destacado como “técnico-científico-informacional”, em que as redes possuem seus suportes parcialmente fixados nos territórios “e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos”, suportes esses identificados como pontos, não sendo mais delineadas apenas materialmente, visto que os espaços são organizados por meio das ordens estabelecidas de lugares distantes (SANTOS, 2014a, p. 264).

Coelho Neto (2013), baseado nos estudos de Musso (2004), assinala que a rede pode ser ordenada em dois planos: o de raciocínio e o de organização espaço-tempo. No primeiro plano, o de raciocínio, a rede é utilizada por diversas disciplinas para a explicação de “sistemas complexos”, e no segundo, o de organização espaço-tempo, a rede “é concebida como matriz técnica, remetendo-se a existência de um denso, complexo e interligado sistema de infraestruturas técnicas” que concebem possibilidades de organização das sociedades (COELHO NETO, 2013, p. 22). Sob essa lógica, a rede urbana pode ser acoplada aos dois planos, pois além de ser mais do que um simples conjunto de sobreposições de redes técnicas (observando para o plano de organização espaço-tempo), é compreendida, devido a sua própria natureza, significado e forma espacial, como um sistema complexo (observando para o plano de raciocínio).

Na atualidade, a análise da rede, sendo essa uma construção humana formada, “inseparavelmente, de objetos e ações” (SANTOS, 2014a, p. 98), é concebida de maneira renovada devido às recentes mudanças no espaço geográfico, pertinentes às técnicas, procurando suas relações com o acelerado processo de urbanização, “com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades”, tratando-se de um “instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial” (DIAS, 2012, p. 149), pois, conforme observa Dupuy (1998, p. 54), indubitavelmente, “hoy es indispensable comprender la nueva significación de las redes como organización de la relación de una sociedade com sus territorios”.

Nesse sentido, segundo Corrêa (2006, p. 15), em relação ao processo de urbanização, a rede urbana, como uma especificidade de rede, “passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente”, pois, por meio deste tipo particular de rede, bem como de vários outros tipos de redes a ela vinculada, como as de transporte e de comunicações, “distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial”.

A respeito da divisão territorial do trabalho, Dias (2012, p. 152) afirma que as novas redes relacionadas com as “novas formas organizacionais de produção marginalizaram centros urbanos que tiravam sua força dos laços de proximidade geográfica”, alterando significativamente, e por consequência, a hierarquia da rede urbana, a qual era estabelecida e designada tradicionalmente em “esquema piramidal”, como destacado por Santos (2014b, p. 61).

Sobre a diferenciação entre centros urbanos, que podem ser provenientes do mesmo processo de criação² e que não foram diferenciados pelas suas características genéticas, no entanto respondem a processos diversos de evolução urbana, Bessa (2013, p. 56) acrescenta que essa “resulta em mudanças nos conteúdos e nas formas espaciais das redes urbanas”. Essa distinção ainda é notória devido à combinação dos elementos inerentes à rede urbana, tais como a gênese dos núcleos urbanos, seus respectivos tamanhos, suas respectivas funções urbanas, as interações internas e externas que esses centros mantêm em uma dada organização socioespacial e a forma espacial da própria rede urbana (CORRÊA, 2000).

Retomando-se ao conceito de rede, suas definições se multiplicaram ao longo dos tempos, todavia é importante destacar que, dentre suas características, tais conceituações se enquadram, conforme apontado por Santos (2014a, p. 262), em “duas grandes matrizes”, sendo a primeira considerando seu aspecto material e a segunda considerando o seu aspecto social e político, inter-relacionadas, pois, no caso de dissociação entre ambas, pode atribuir à rede um caráter meramente abstrato.

Outra característica importante de uma dada rede é a sua flexibilidade, tal qual é apontada por Raffestin (1993, p. 204) pela sua capacidade de se adaptar “às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo” moldando-se “conforme as situações concretas”, sendo, portanto, um instrumento móvel e inacabado. Segundo o mesmo autor, essa mutabilidade dependerá diretamente dos agentes geradores e controladores dos pontos da rede, ou melhor, “da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 207) e ainda, como acrescentado por Dias (2012, p. 159), dos “eventos determinados por interações locais e projetos definidos por concepções globais sobre o papel das técnicas de informação e de comunicação”, sem ceder, entretanto, a um determinismo tecnológico, como pondera Dupuy (1998).

Segundo Santos (2014a, p. 265), o que diferencia uma dada rede atual com a rede de tempos pretéritos é o seu caráter deliberativo, graças aos “recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação”, ou seja, a estruturação de quaisquer redes “supõe uma antevisão das funções” que essas irão desempenhar, inclusive “sua forma material” e “suas regras de gestão”.

Ainda de acordo com Santos (2014a, p. 266) sobre outro atributo essencial de uma dada rede atual, configura-se a propriedade de conexão entre os espaços das mais diversas distâncias, por via da materialidade e do discurso ou, em outras palavras, pela “linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes”.

Por sua vez, a rede urbana é vinculada a vários tipos de redes, inclusive de redes técnicas, sendo essas últimas particularidades de rede explicitadas por Castilho (2017, p. 20) como instrumentos de “expansão da modernização e de conexão dos lugares”, visto

² Em contrapartida, “a coexistência, no presente, de núcleos urbanos criados em momentos diversos atesta a ação de diversos processos capazes de gerarem centros urbanos em tempos distintos” (CORRÊA, 2011a, p. 96).

que permitem conectar os espaços distantes, apoiadas no predicado da “maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e informações”, conforme asseverado por Dias (2012, p. 142), Portanto, e não resumidamente a uma simples sobreposição de redes técnicas, a rede urbana, na condição de uma particularidade de rede, é flexível, conectiva e deliberativa, caracterizando-se por sua principal característica como emissora de uma projeção da organização espacial.

Uma projeção da organização espacial resultante das relações de poder

Como bem observa Silveira (2020, p. 311), a rede urbana se trata de um conceito “ainda em construção”. Contudo, compreendê-la como uma projeção de uma dada organização espacial é, necessariamente, recorrer à definição dessa primeira, concebida como um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”, bem como sua respectiva hinterlândia, em uma complexa diferenciação entre os centros urbanos que compõem tal segmento de rede (CORRÊA, 2006, p. 16). Esse panorama de distinção entre os centros urbanos traz em sua origem, no que concerne à diferenciação entre os espaços, ensinamentos consagrados, como o da revisão da teoria das localidades centrais³, pois essa teoria tem, em sua essência, o teor da organização espacial, especialmente “[...] da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social” (CORRÊA, 2011a, p. 17).

A organização espacial⁴, por sua vez, “é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem” e, na condição de materialidade, consistindo-se de uma natureza secundária produzida socialmente para a garantia da reprodução social, pode ser abordada sob o enfoque das categorias de análise: estrutura, processo, função e forma (CORRÊA, 1991, p. 53). A rede urbana, ao possuir uma forma no espaço geográfico, corresponde a um tipo de organização espacial e está ligada às mesmas categorias de análise da totalidade social, encontrando-se materialmente espacializada, (CORRÊA, 2006).

Essa materialidade espacial da rede urbana está diretamente intrínseca ao avanço das redes técnicas, cujo movimento “forma necessariamente espaços privilegiados (ou espaço dos privilégios) para atender a determinados grupos que, em função disso, também ocupam posições privilegiadas” (CASTILHO, 2016, p. 61-62). Logo, as redes técnicas se estruturam no território, estando, intrinsecamente, relacionadas à localização das atividades econômicas (SILVEIRA, 2003), ou seja, nas palavras de Arroyo (2015, p. 41), “participam diretamente na estruturação do território e existem de forma associada e justaposta à rede urbana”.

Apesar de a rede urbana representar a materialidade espacial, é importante a observância de que a mesma não se resulta de um objeto meramente técnico, tampouco se restringe a essa materialidade espacial, mas, por estar justaposta a outros tipos de redes,

³ A teoria das localidades centrais, *Central places in southern Germany*, foi formulada por Walter Christaller, em 1933, sendo traduzida para o inglês, em 1966 (CORRÊA, 2011a).

⁴ “É conveniente esclarecer que a expressão organização espacial possui, a nosso ver, vários sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.” (CORRÊA, 1991, p. 54).

as quais os avanços técnicos e econômicos levam-nas para condições globais, torna-se incompreensível visualizá-la, estritamente, local ou regionalmente (SANTOS, 2014a), pois as redes, inclusive as redes técnicas, possuem dinamismos, mas não carregam em si o princípio dinâmico do movimento social, tal qual é motivado por dinâmicas, locais ou globais, provenientes de grandes organizações (SILVEIRA, 2003). Essas organizações, formadas por empresas e corporações, animam e controlam as redes, atribuindo funcionalidades para as mesmas por meio de um sistema de ações.

Não se deve desconsiderar, no entanto, que a rede urbana, como uma projeção da organização espacial e um tipo peculiar de rede, tem sua estrutura como condição para o exercício do poder, inclusive do poder regional, o qual deve ser concebido como uma “capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização” (SANTOS, 2014a, p. 271).

Conforme a consideração da não existência da homogeneidade espacial, logo as redes urbanas igualmente não são homogêneas, e em um espaço onde há a sobreposição de redes, leva-se em conta o seu “aproveitamento social”, o registro de “desigualdades no uso” e a diversidade no “papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento”, como também no caso das redes urbanas (SANTOS, 2014a, p. 268).

Relacionar o conceito de rede urbana à produção de territórios parte da perspectiva da superação das distintas lógicas espaciais dos conceitos de rede e de território. Para Coelho Neto (2013, p. 20), se por um lado “prevalecem posições dicotômicas que propugnam a incompatibilidade da associação entre rede e território”, por outro, superando tais lógicas espaciais, “prevalece um entendimento que aponta na direção das possibilidades de uso conjugado dos dois conceitos, amparado em reciprocidades e implicações”.

Portanto, rede e território podem estar vinculados às horizontalidades e às verticalidades. Segundo Santos (2014a, p. 284), as horizontalidades são “a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada” e as verticalidades agregam “os outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla” econômica, política e geograficamente, de modo que as verticalidades representam uma ampla cooperação econômica, política e geográfica, em comparação às horizontalidades.

Concorda-se com Haesbaert (1997, p. 92) a respeito de que “o território sempre foi constituído de redes”, as quais passaram de elemento constituinte dos territórios, “na territorialidade mais tradicional e fechada”, a elementos constituidores, em que os territórios se tornaram “meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares das redes”. Entretanto, é preferível sustentar-se na acepção de Raffestin (1993), que, segundo Coelho Neto (2013, p. 30), “elabora uma matriz espacial para leitura da produção territorial, esboçando uma imagem (representação abstrata) do sistema territorial com pretensão de aplicabilidade universal”, considerando atores sintagmáticos, que denominaremos a diante de agentes produtores espaciais, e suas práticas espaciais, construtores de redes e nós no território, que traduzem a própria produção de territórios.

Em outras palavras, a rede urbana, sendo um sistema territorial, estaria, nesse sentido, atrelada às horizontalidades e às verticalidades, pois sua forma espacial seria composta por uma superfície, de contiguidades e de fixos, termos-referência ao território, e, ao mesmo tempo, por nós/linhas, de descontinuidades e de fluxos, termos-referência à rede.⁵

Tornando-se cada vez mais globais, as redes urbanas se comunicam com o local constantemente, estabelecendo relações e conexões, segundo as quais, como salienta Castilho (2016, p. 53), “dão sentido à integração, às trocas, às transformações e à funcionalidade dos lugares”. Contudo, os lugares se diferenciam, não pela sua independência, mas devido ao seu “caráter único” e, principalmente, pela heterogeneidade dos fenômenos que inter-relacionam e interconectam com cada lugar (HARTSHORNE, 1951, citado por CASTILHO, 2016, p. 53), fenômenos esses permeados por redes urbanas.

Nesse sentido, depara-se com uma dialética entre o local e o global, mediada pela rede urbana, tal qual, segundo Corrêa (2011b, 41-42), deve ser abordada na perspectiva escalar regional, considerada uma escala adequada, na qual “constitui traço fundamental da ação humana, relacionada a práticas que se realizam em âmbitos espaciais mais limitados ou mais amplos, mas não dissociados entre si” (CORRÊA, 2011b, p. 41-42).

Provoca-se, então, o encontro da discussão a respeito da divisão territorial do trabalho, à qual a própria rede urbana, analisada de uma perspectiva escalar regional, faz parte, inegável e eminentemente, pois essa divisão territorial do trabalho “em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista. Redes que se manifestam em uma cada vez mais complexa rede urbana” (CORRÊA, 2011a, p. 108).

Rede urbana e divisão territorial do trabalho

Os estudos sobre redes urbanas têm considerado abordagens tradicionais, dentre as quais se destacam: “diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região”; abordagens essas consideradas importantes, mas não necessariamente excludentes, podendo, inclusive, estar interpenetradas (CORRÊA, 2006, p. 17).

Todavia, segundo Corrêa (2006, p. 25), os tipos de abordagens supracitados “são incapazes, ainda que em graus diversos, de revelar a natureza e o significado da rede urbana”. Desse modo, analisar a rede urbana, cujos objetivos se estendam ao alcance da sua natureza e do seu significado, induz a enfoques voltados para a divisão territorial do trabalho, para os ciclos de exploração, para a forma espacial e à periodização, de modo que esses quatro ângulos inerentes à rede urbana não se excluam mutuamente, mas

⁵ Baseado na sistematização de Coelho Neto (2013, p. 27), a respeito dos termos-referência da dicotomia território-rede, relacionados à forma espacial.

permitam ao encontro do propósito autêntico, o de encontrar a sua natureza e o seu significado (CORRÊA, 2006).

A respeito da divisão territorial do trabalho, a rede urbana é o reflexo dessa “em razão de vantagens locais diferenciadas”, verificadas tanto pela hierarquia urbana, quanto pela especialização funcional de determinado centro, e, igualmente, é a condição para a divisão territorial do trabalho, visto que a cidade “passou de certo modo a controlar a produção rural”, via funções urbanas articuladas por corporações multifuncionais e multilocalizadas, que geram diferenciações espaciais entre centros (CORRÊA, 2006, p. 26).

Corrêa (2006) ressalta que, apesar de detectado certo tipo de autonomia, a rede urbana de países considerados subdesenvolvidos é uma intermediação de decisões geradas de redes urbanas de países considerados centrais, à medida que essa primeira é uma extensão de uma cadeia mundial de cidades, fazendo, portanto, parte da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, as redes urbanas respondem a um progressivo processo de integração econômica e também política, pois se estruturam da constante necessidade de reprodução socioespacial.

Os ciclos de exploração estão relacionados aos processos de criação, apropriação e circulação de novos excedentes, tais quais são intermediados por centros urbanos, ou a rede urbana, acontecendo em dois momentos: no primeiro, a cidade que encabeça a rede urbana extrai do campo e de cidades menores renda fundiária, produtos agrícolas e força de trabalho; e no segundo, a mesma cidade que encabeça a rede, exporta para os centros subordinados e para o campo “capitais, novos usos da terra, força de trabalho, ideias e valores, e bens e serviços”, retroalimentando o primeiro ciclo em um relacionamento desigual (CORRÊA, 2006, p. 30-31). Na concepção de Bessa (2010, p. 37), ambos os ciclos “contribuem, de maneira significativa, com os processos de diferenciação entre os centros urbanos”.

Corrêa (2006) demonstra que, ao depender da sua posição em um conjunto de centros urbanos, os centros localizados na base da rede urbana tendem a ser duplamente explorados, na medida em que se tornam dependentes de uma articulação estabelecida por exportação de matérias-primas e de produtos de baixo valor agregado e pela forçada importação de bens e produtos de alto valor agregado, redirecionando, nesse sentido, a lucratividade para os centros localizados no topo da rede.

A forma espacial é “uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades”, não podendo ser dispensada das relações com as demais categorias de análise da totalidade social: estrutura, processo e função; pois “é através da forma que uma função se realiza”, especificamente as funções urbanas que se derivam de processos de “criação, apropriação e circulação do valor excedente”, processos esses inerentes à estrutura do próprio capitalismo (CORRÊA, 2006, p. 37).

Nesse sentido, é cabível explicitar tanto as formas espaciais simples de redes urbanas, como as redes dendríticas, resultante de processos sócio-históricos que atribuíam

singularidades à rede, tais como a excentricidade locacional dos centros de maior importância, a predominância de centros indiferenciados e as relacionais unidirecionais entre os mesmos (CORRÊA, 1988), quanto, e distintamente, formas espaciais complexas, como as redes de múltiplos circuitos, resultantes “da ação de vários processos, cada um implicando localizações específicas, datadas de uma lógica que, se não é inexorável, é simultaneamente própria a cada atividade e ao momento de sua implantação”, conforme apontado por Corrêa (1994, p. 77).

Por sua vez, a periodização é a “reconstrução do tempo espacial, isto é, a evidenciação dos momentos que caracterizam o processo de elaboração da rede urbana, bem como das formas criadas em cada momento”, podendo ser constituída por períodos longos e curtos, que variarão de acordo com os processos sociais temporalmente desiguais interferentes sobre dada rede, sendo essa periodização espacialmente desigual (CORRÊA, 2006, p. 41).

Sobre a periodização, Bessa (2015, p 177) acrescenta a necessidade de uma análise diacrônica, independente da curta ou longa duração do recorte espaço-temporal, pois a diacronia revelará tanto a relativa estabilidade quanto a mutabilidade de uma rede urbana, incluindo o seu momento de ruptura, bem como “a dimensão dos processos gerais que engendram a situação geográfica no todo e na diversidade de suas expressões particulares”.

Contudo, o objetivo de um estudo de rede urbana deve estar relacionado à compreensão da especificidade dessa rede no processo de criação, apropriação e circulação do excedente, tomando cuidado para que esse estudo não caia demasiadamente em equívocos, tais como conferir legitimidade na defesa do desenvolvimento capitalista ou fazer “uma apologia desenvolvimentista que autonomiza a cidade”, na qual a cidade simplesmente se subordina ao campo, pois a rede urbana é uma “especificação da totalidade social e uma fonte para a compreensão desta mesma totalidade social” (CORRÊA, 2006, p. 45).

Por isso é importante a observância ao enfoque da divisão territorial do trabalho, e não apenas aos ciclos de exploração ou às demais abordagens, notando-se que, em sua particularidade, há um conjunto de ordens de naturezas políticas e econômicas que se desloca em sentido vertical, de modo que centros urbanos que possuem “posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Portanto, a rede urbana possui uma natureza hierárquica, a qual se configura na base da rede centros de pequeno porte, designados como centros locais e centros regionais, que respondem a essa dinâmica estabelecida, exercendo, comumente, a um comando técnico, “ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Em contrapartida, o comando político da produção se concentra em centros urbanos mundiais, enquanto os centros locais ou regionais exercem, majoritariamente, o

comando técnico sobre o território que os rodeia, sendo esse primeiro comando “residual e incompleto”, dependente da “configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Posta como um instrumento técnico e geográfico próprio da divisão internacional do trabalho, cujas ordens políticas e econômicas estabelecidas por estruturas multifuncionais e multilocalizadas, com suas respectivas matrizes sediadas em cidades mundiais⁶, a rede urbana possui, em seu cerne, a circulação e a comunicação, atributos qualificados por Raffestin (1993, p. 200) como “faces da mobilidade”, pois essas características “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias”.

Enquanto a circulação está associada ao material (visível), aos fluxos de pessoas e mercadorias sobre as redes, instrumentos de excelência do poder, a comunicação está associada ao não material (não visível), o que não significa menos importância de uma relação à outra, porém o poder “se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural”, sendo esse poder devendo ser mais procurado na comunicação do que na circulação (RAFFESTIN, 1993, p. 203).

Como circulação e comunicação estão sobrepostas sobre suas respectivas redes específicas, essas redes “contribuem para modelar o quadro espaço-temporal [...] e são inseparáveis dos modos de produção”, sendo desenhadas, construídas e utilizadas e consumidas de acordo com os meios dispostos, “dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos”, bem como dos objetivos dos seus detentores (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

A rede urbana, por ser ainda composta de redes diversas, dentre essas de circulação e de comunicação, por sua mediação, “viabiliza-se o cada vez mais complexo ciclo de reprodução do capital e a divisão territorial do trabalho”, conforme observa Corrêa (2006, p. 7). Recordar-se que a “divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço” (SANTOS, 2014a, p. 270) e impõe distinção entre os centros urbanos, pois “cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 21).

Desse modo, é importante identificar os agentes produtores espaciais, condutores dos mais diversos tipos de redes, dentre essas de circulação, “mediadoras indispensáveis à reprodução social” (RAFFESTIN, 1993, p. 214), e de comunicação, para não apenas descrever a rede urbana em si, mas compreendê-la em seu funcionamento, significado e natureza, entendendo a dinâmica que lhe é proporcionada por uma determinada complexidade de uma organização espacial específica, ou uma produção de territórios, e

⁶ “As cidades mundiais ou globais, sedes das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, constituem, no final do século XX, os epicentros de numerosas, complexas e desiguais redes que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e globalizada”. (CORRÊA, 2011a, p. 108).

como esses agentes participam dos processos sociais, históricos, políticos e econômicos que direcionarão para a formação, estruturação, reestruturação e dinâmica da própria rede urbana.

Rede urbana, agentes produtores e suas inter-relações

No âmbito das relações sociais de produção, os agentes produtores espaciais expressam, nas palavras de Corrêa (2011b, p. 43-44), “necessidades e possibilidades sociais”. Sob essa lógica de reprodução, o espaço é transformado em mercadoria, devendo ser compreendido em seus novos conteúdos e como os reprodutores espaciais irão apropriá-lo e usufruí-lo (CARLOS, 2011).

Dentre os agentes produtores espaciais, inseridos nessa espaço-temporalidade de formação socioespacial capitalista, estão o capital privado, agente estratégico e articulado com outros setores da economia, os agentes políticos que se apropriam do Estado, instituição de legitimação e de “dominação política” possuidora de múltiplas funções, especialmente a da mediação de conflitos de interesses antagônicos, e os demais sujeitos sociais, que “têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CORRÊA, 2011b; CARLOS, 2011, p. 64). À margem desse contexto de reprodução socioespacial estão os grupos sociais excluídos, que não fazem parte desse processo de legalidade, pois, na concepção de Capel (1974, p. 19), os espaços “no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses”.

Inerente a essa produção de territórios, para Corrêa (2011b, p. 41), a rede urbana, assim como a produção do espaço, “como decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios de cada um, ora são comuns”, será estruturada não somente por esses agentes como também das relações emanadas pelos mesmos. Tais agentes serão cada vez mais exigentes, principalmente no que diz respeito à fluidez, resultando no aumento da complexidade da divisão territorial do trabalho e das formas de circulação (SILVEIRA, 2003).

No que concerne à organização e evolução da rede urbana, seus reprodutores estão ainda ligados à materialidade espacial, portanto, não são aqueles resultantes da ‘mão invisível do mercado’ (CORRÊA, 2011b) e, geralmente, são vinculados aos setores de grandes redes de empresas industriais e de serviços, tais quais, como aponta Capel (1974, p. 24), utilizam de vantagens locacionais para sua reprodução “en relación con las redes de comunicaciones y con otras infraestructuras” (CAPEL, 1974, p. 24), com o auxílio do Estado que, com suas múltiplas funções, “se efetiva na escala da rede urbana” e, dada sua complexidade, tem “pesos distintos no tempo e no espaço” (CORRÊA, 2011b, p. 46), assegurando, conforme indica Carlos (2011, p. 65), “as condições de reprodução através das relações de dominação”.

Desse modo, as grandes redes de indústrias e empresas não são implantadas para atender uma simples lógica de necessidade de suprir as demandas sociais locais, a maioria “aprovechó muy directamente de esta política por lo que respecta a la financiación y a la

obtención de las autorizaciones en o bajo las vías públicas” (DUPUY, 1998, p. 46). Os agentes mais importantes, em termos de poder e influência econômica e política, detêm as melhores partes de um território, enquanto partes menos atrativas, econômica e politicamente, são deixadas para grupos menos favorecidos. Isso porque a ação desses agentes sociais produtores da rede urbana “está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada (CORRÊA, 2011b, p. 46).

Os agentes produtores da rede urbana (e também do território) não deixam de estar relacionados diretamente com aqueles que se concentram no espaço especificamente urbano, pois há uma dependência entre si. Entretanto, do mesmo modo em que há essa relação de dependência, identifica-se também uma relação conflituosa, a exemplo dos setores industriais com os proprietários fundiários e promotores imobiliários, pois os primeiros, para usufruírem de vantagens locais requeridas, necessitam de solo industrial abundante e barato, que poderia ser destinado para atividades mais rentáveis de acordo com os interesses desses últimos (CAPEL, 1974). Desse modo, “os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução do espaço no conjunto da sociedade, na cidade” (CARLOS, 2011, p. 65).

Quando há o conflito de interesses entre proprietários fundiários e outros possíveis usuários do solo, como promotores imobiliários, as grandes indústrias obtêm vantagem, tendo em vista que estas possuem poderes econômicos e relações políticas suficientes para competir vantajosamente, pois as indústrias, conforme destacado por Capel (1974, p. 25) “pueden ocupar en último término el espacio que desean, ya que pueden pagar precios elevados, en el caso de que realmente les interese una parcela”.

Alinhados aos setores da grande indústria, os grandes setores de serviços também contribuem para a organização espacial de uma dada rede urbana, isso porque esses adotam escolhas para a localização geográfica de suas sedes e filiais, reforçando o elemento funcional dos centros urbanos e, juntamente, unem-se a forças financeiras e políticas, que dão a esses setores de serviços o poder de pressionar setores da administração dos mais altos níveis para a obtenção de vantagens facilitadoras para suas instalações e funcionamentos, “aunque también puede dejarse que sea el mismo Estado el que se encargue de la preparación de este suelo, realizando las expropiaciones y construyendo las infraestructuras necesarias” (CAPEL, 1974, p. 26).

As ações dotadas de estratégias e práticas exercidas por agentes sociais da produção de territórios da rede urbana, vinculados a corporações econômicas e também políticas, contribuem tanto para “alterar a funcionalidade dos centros” quanto para “criar uma nova divisão territorial do trabalho, por intermédio da difusão de inovações” (CORRÊA, 2011b, p. 47), e essas ações, superpostas ou justapostas, podem ser marcadas por relações de complementaridades ou de competitividades entre esses mesmos sujeitos, e também entre os centros urbanos, pois as redes estruturam o campo de relações de complementaridades e de competitividades, que estão, inclusive, no âmbito das sociedades (SILVEIRA, 2003). Esse jogo de competitividade ou complementaridade é um jogo

territorial e a rede urbana se torna uma arena política, constituindo-se, portanto, um sentido eminentemente territorial.

Nesse sentido, os agentes produtores da rede urbana, por si próprios, estarão vinculados em redes, preferencialmente em redes técnicas, utilizando de suas principais características, como a tecnologia, a flexibilidade e a racionalidade, para fomentar a circulação, de modo que os fluxos se tornam atrativos para o olhar geográfico na análise espacial e na produção de territórios. Ademais, diante de um elevado grau de heterogeneidade espacial, aferida de uma intensificação da divisão territorial por meio da especialização econômica, reafirma-se a dimensão espacial ao atribuir importância à diferenciação entre os espaços geográficos, conforme argumenta Silveira (2003).

Nessa distinção espacial, averigua-se uma relação de complementaridade na medida em que a interdependência entre os lugares se torna lógica e notável, interdependência essa, permitida pelas redes de origens econômicas ou políticas, tornando-se imprescindível observar e analisar as estratégias e os interesses dos agentes produtores das diversas redes e como esses agentes se relacionam com o território, a base para sua instalação, pois é o território que irá informar o conteúdo econômico e político, tendo em vista que a configuração espacial das redes é o resultado das relações entre Estado e mercado (SILVEIRA, 2003).

Entretanto, tais centros urbanos poderão ser complementares ou competitivos entre si, dependendo dos processos sociais espaço-temporalmente desiguais que irão interferir nas suas estruturas e, conseqüentemente, no dinamismo da própria rede urbana. Cabe questionar se as relações de complementaridade, derivadas de uma interdependência entre os lugares, ou de competitividades, oriundas do embate entre forças econômicas e políticas no território, entre os centros urbanos (e seus respectivos agentes hegemônicos), ambas as relações indissociáveis da divisão territorial do trabalho, serão a principal dinâmica do funcionamento e da utilidade desse tipo de rede.

Em rede urbana “torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação” (CORRÊA, 2006, p. 29), sendo esses pontos os centros urbanos, inclusive suas respectivas inter-relações. Por isso, sua definição transcende um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, configurando-se como um instrumento estruturado por objetos técnicos, especialmente por redes das mais diversas naturezas, sendo materialmente espacializadas, contendo diversos significados e sentidos.

Considerações finais

Diante das possibilidades de abordagens, a rede urbana pode ser concebida como uma particularidade de rede derivante da produção de territórios. Partindo da etimologia do conceito de rede, perpassando por meio da discussão de como tal rede urbana se estrutura como uma organização espacial das relações de poder e que essa particularidade de rede se configura como um instrumento de uso na divisão territorial do trabalho, conclui-se que os agentes sociais produtores, tanto do território quanto da rede urbana, serão determinantes para as relações estabelecidas na mesma.

No sentido de relacionar a rede urbana à produção de territórios, depara-se com o desafio de uma aceção de uma escala espacial de análise apropriada, pois tanto a produção de territórios quanto a rede urbana exigem exames cautelosos, pois os conceitos território e rede estarão relacionados às horizontalidades e às verticalidades, merecendo, assim, superações em suas respectivas lógicas espaciais.

A materialidade da rede urbana é transcendida por carregar o dinamismo social, isso porque seus agentes produtores, detentores e controladores de diversas redes, especialmente redes de indústrias, de serviços, de transportes e também de redes políticas (cabe aqui assinalar o papel do Estado como agente fomentador de infraestrutura, sobretudo de circulação e de comunicação), com suas peculiaridades, estratégias e contradições, auxiliam diretamente tanto na produção dos centros urbanos, quanto na influência social, política e econômica das inter-relações entre os mesmos, emanando, assim, a própria produção de territórios.

Referências

ARROYO, M. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). *Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 37-49.

BESSA, K. Periodização e diferenciação espacial no segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício (org.). *Território e diversidade territorial no cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais*. Goiânia: Kelps, 2015. v. 2. p. 173-222.

BESSA, K. A dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício (org.). *Território e diversidade territorial no cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais*. Goiânia: Kelps, 2013. p. 55-89.

BESSA, K. *Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência*. GEOUSP, São Paulo, n. 28, p. 34-58, 2010.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, Barcelona, v. 8, n. 1-2, p. 19-56, 1974. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTILHO, D. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2017.

CASTILHO, D. A questão das diferenças e das relações em Richard Hartshorne. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 36. n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2016.

COELHO NETO, A. S. Redes e territórios. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. *Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado*. Cidades, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2004.

CORRÊA, R. L. *Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 121-129, jan./jun. 2000.

CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, R. L. *O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.

DIAS, L. C. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 15. ed. p. 141-162.

DUPUY, G. *El urbanismo de las redes: teorías y métodos*. Barcelona: Oikos-Tau, 1998.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaucha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2014b.

SILVEIRA, R. L. L. da. *Coesão territorial, policentrismo e redes urbanas regionais: impressões sobre as políticas recentes de ordenamento territorial e desenvolvimento regional em Portugal*. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidonea

Machado (org.). Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 293-342.

SILVEIRA, R. L. L. da. *Redes e território*: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, v. VIII, n. 451, jun. 2003. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-451.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Iann Dellano Santos

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins e graduado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é geógrafo do Instituto de Terras do Estado do Tocantins. Quadra 302 Norte, alameda 01, lotes 01 e 02, CEP: 77006-336, Palmas – Tocantins – Brasil.

E-mail: iann.dellano@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-0536-3324

Recebido para publicação em fevereiro de 2020
Aprovado para publicação em maio de 2020